

A (RE)EMERGÊNCIA DO BRICS E O REORDENAMENTO DE PODER NA GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Charles Pennaforte¹

Ricardo Luigi²

Introdução

A geopolítica mundial e as relações internacionais passaram por diversas transformações ao longo do século XX. Podem-se citar, entre algumas das mais importantes, as duas grandes guerras mundiais e o rearranjo que as sucedeu, do mundo no pós-guerra.

O reordenamento do sistema-mundo no período pós-guerra envolveu a *Pax Americana* e a criação de uma ordem mundial vinculada aos Estados Unidos, em paralelo à ascensão da URSS à condição de potência militar e ideológica, disputando com os EUA a condição de potência hegemônica, em uma bipolaridade que se esvaiu com a desagregação do bloco ideológico socialista. Ao passo em que os Estados Unidos se consolidaram como *hegemon* (principal potência hegemônica)³, tinham que lidar com a consolidação de um ciclo sistêmico de acumulação e sua consequente trajetória de declínio.

As duas primeiras décadas do século XXI marcaram o recrudescimento de outras potências, com o reaparecimento de Rússia e China: a Rússia recuperando parte de sua esfera de influência em seu entorno, sob o comando de Vladimir Putin; e a China se consolidando com potência econômica global, ambas ocupando importante papel no tabuleiro geopolítico mundial. Esses

¹ Professor Adjunto de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Coordenador do Laboratório de Geopolítica, Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos (LabGRIMA/UFPEL).

² Professor Adjunto Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Laboratório de Geopolítica, Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos (LabGRIMA/UFPEL).

³ Mais à frente faremos uma discussão mais detalhada sobre a questão da “hegemonia” dos EUA.

países aproveitaram as brechas geradas por mais uma crise estrutural do capitalismo mundial, materializada na “crise de 2008”, cujas consequências influíram no declínio relativo da capacidade dos Estados Unidos de impor a sua vontade majoritária sobre o sistema mundial, como o fizeram desde o fim da II Guerra Mundial.

Este ensaio objetiva analisar o rearranjo geopolítico global que ocorre na esteira do enfraquecimento dos EUA, que permitiu o surgimento do BRICS como um possível polo de poder. Para embasar esta abordagem, utiliza-se a Análise dos Sistemas Mundo (ASM), elaborada principalmente por Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Além de levar em conta a dimensão geopolítica, traçam-se paralelos também com as teorias das relações internacionais, de forma a ampliar o potencial explicativo dessa análise. Como objetivo correlato surge utilizar todo esse instrumental para avaliar a forma como os BRICS estão se articulando para enfrentar a pandemia do novo coronavírus. O Banco do BRICS parece se estabelecer, portanto, como pilar de sustentação do agrupamento e principal financiador externo de soluções financeiras para enfrentar a crise econômica que acompanha a crise na saúde global provocada pela Covid-19.

Desta forma, este trabalho está dividido em três seções. A primeira seção busca interrelacionar as teorias da geopolítica e das relações internacionais em torno da análise da ASM. Na segunda seção, abordam-se as motivações e os efeitos do rearranjo de poder na geopolítica mundial. Por fim, na última seção, serão evidenciados os papéis representados e as oportunidades trazidas pela emergência do BRICS no sistema internacional, avaliando de que forma a pandemia do novo coronavírus influencia esse cenário.

A Geopolítica, as Relações Internacionais e a Análise dos Sistemas-Mundo

As vinculações entre a geopolítica e as relações internacionais poderiam ser antevistas pela presença da disciplina geopolítica na grade de grande parte dos cursos de relações internacionais no Brasil. Se isso ocorre pelo fato de que os dois campos de conhecimento compartilhar parcialmente do mesmo fenômeno de estudo no que diz respeito ao “poder”, há outra questão que os aproxima: a interdisciplinaridade desses campos.

A geopolítica nunca foi alçada ao estatuto de uma ciência, sempre prestando-se a ser um conhecimento importante para diversas áreas, ao passo que as relações internacionais se consolidam tardiamente, no século XX, como curso universitário, trazendo, até pela sua institucionalização tardia, a

não pretensão de ser considerada ciência e o seu caráter de empreendimento multidisciplinar (Starr 1991). Nascida no século XIX, a geopolítica experimentou um declínio relativo após o final da Segunda Guerra Mundial, por ter sido apropriada pelos nazistas em seu projeto expansionista. Dado o seu reflorescimento a partir dos anos 1970, continuou a ser “uma ‘teoria itinerante por excelência’, no sentido de ter entrado em uma grande variedade de disciplinas e regiões geográficas” (Gökmen 2010, 141).

Aprofundando essa constatação, temos que as teorias geopolíticas informam e/ou são informadas pelas teorias das relações internacionais, em um processo a-histórico, produzindo diálogos entre escolas diversas, que partem desde os enunciados de Hans Morgenthau, em que se podem divisar pontos de interseção entre a geopolítica tradicional e o realismo clássico, até Immanuel Wallerstein, com sua Análise dos Sistemas-Mundo, que foi incorporada ao (neo)marxismo das relações internacionais e à geopolítica crítica na leitura de Taylor (1994). A geopolítica crítica também possui relações muito claras com a abordagem construtivista das relações internacionais, nos assuntos relativos à formação de identidade internacional na área de segurança e cultura estratégica (Mahmadou e Dijkink 2006).

Analizando a contribuição da geopolítica para as relações internacionais, Castro (2012), apesar de manter o foco de análise no Estado Nacional, elenca sete dimensões espaciais que devem ser avaliadas, do ponto de vista geopolítico, além da mera questão do poder:

Nos parâmetros dos estudos da geopolítica atrelados às Relações Internacionais, não é só necessário avaliar o poderio bélico do Estado. É fundamental citar, ademais, sete características cardeais que, aliadas ao poder bélico (hard power) e o poder cultural (soft power), revelam a projeção de crescimento ou a vulnerabilidade dos países: a localização, a dimensão total, a topografia, a climatologia, o recorte (formato) territorial, a distribuição demográfica e o governo nacional (Castro 2012, 143).

Sobre os entrecruzamentos entre essas áreas de conhecimento, Teixeira Jr (2017, 152) aponta que “a geopolítica, o marxismo e as relações internacionais se encontrariam na frutífera construção de um saber crítico sobre processos como a globalização, a mundialização e o regionalismo”. Busca-se perceber, adiante, portanto, como a geopolítica e as relações internacionais se encontram na ASM.

A ASM surgiu da crítica ao modelo de análise social e econômico utilizado pelas ciências sociais desde o século XIX. Entre 1850 e 1945, as clivagens intelectuais mais importantes entre os acadêmicos desde o século

XIX eram: o passado/presente e o mundo Ocidental/resto do mundo. Dentro dessa lógica, os historiadores estudavam o passado, enquanto aos economistas, cientistas políticos e sociólogos cabia o estudo do presente.

A história, a economia, a ciência política e a sociologia estavam voltadas para o mundo ocidental, enquanto os “orientalistas” e antropólogos estudavam o “resto do mundo”⁴. Até 1945, as fronteiras entre estas disciplinas eram bem delimitadas. No pós-guerra, segundo Wallerstein, este modelo não conseguiu dar conta da nova realidade surgida com o processo de lutas de independência.

Sob ataque, o modelo vigente de análise das ciências sociais começou a enfraquecer. Para Wallerstein, “a maior mudança na ciência social mundial nos 25 anos após 1945 foi a descoberta da realidade contemporânea do Terceiro Mundo” (Wallerstein 2002, 231). Como consequência, as pesquisas do mundo ocidental foram divididas em três domínios, em função da nova configuração do mundo moderno: o mercado (economia), o Estado (ciência política) e a sociedade civil (sociologia).

Um novo contexto se abriu no pós-1945, com as lutas pela independência. As ex-colônias trataram de defender sua autonomia política e cultural no bojo das lutas de libertação nacional e em eventos internacionais como, por exemplo, a Conferência de Bandung⁵, em 1955. Tratava-se de um processo de reafirmação e/ou autoafirmação perante o mundo ocidental, que foi acompanhado, no plano intelectual, de estudos sobre essas regiões, América Latina, Ásia e África.

Em contraposição a esse movimento, alguns setores da academia elaboraram teorias que justificavam o “atraso” das ex-colônias, com a ideia do desenvolvimento em etapas, como um processo evolutivo. Surgia, assim, a Teoria da Modernização (TM), cujo método de análise era a comparação sistemática entre todos os Estados. A TM partia da premissa de um modelo de desenvolvimento linear e universal de todas as sociedades na direção do crescimento econômico. Sendo assim, todas as ex-colônias chegariam inevitavelmente ao desenvolvimento copiando os “modelos de sucesso” das antigas metrópoles, independentemente como cada nação estivesse inserida na estrutura sistêmica do capitalismo.

Embora para alguns analistas, a ASM se apresente como uma adaptação da TM, por apresentar uma explicação do processo de desenvolvimento

4 Os antropólogos estudavam as sociedades “primitivas” e os orientalistas estudavam as “grandes civilizações” não-ocidentais.

5 A conferência reuniu inúmeros países do então Terceiro Mundo que não aceitavam a bipolaridade entre EUA/URSS como forma de divisão do sistema internacional.

econômico atrelado à dinâmica Centro (países ricos), Periferia e Semiperiferia (países subdesenvolvidos) (Wallerstein 2002, 4), Wallerstein afirma que “[...] (a) intenção original da análise dos sistemas-mundo (era) o protesto contra a teoria da modernização [...]” (Wallerstein 2002, 234). Nesse processo, os países pobres levariam desvantagens qualitativas nos termos de troca entre produtos de pouco valor agregado (matérias-primas, por exemplo) e produtos de alto valor agregado (industrializados), oriundos das nações mais desenvolvidas (Centro) do sistema-mundo capitalista. O desnível tecnológico entre as nações seria o ponto central no mecanismo de atraso econômico e social e na manutenção desse *status quo*.

O enfoque do sistema-mundo começa a se desenhar, então, na década de 1970, com autores como Samir Amin, André Gunder Frank e Theotônio dos Santos, “mas ganha realmente grande alento com a obra de Immanuel Wallerstein (1974, 1980, 1989)” (Santos 2000, 55). A construção teórica elaborada por Wallerstein, que nas teorias das Relações Internacionais é enquadrada na perspectiva neomarxista (Nogueira e Messari 2005)⁶, possui três influências importantes na sua constituição: a Escola dos *Annales*, o Marxismo e a Teoria da Dependência (Vela 2001).

Como já assinalado, a ASM surgiu como um *corpus* teórico que pôs em xeque a TM e depois, mais fundamentalmente, toda a estrutura construída pelas ciências sociais desde o século XIX. Como proposto por Wallerstein, a ASM deveria conter três eixos. Uma teria a ver com o espaço, outra com o tempo, e com a epistemologia:

- 1) O Sistema-Mundo (não os Estados-Nação) é a unidade básica de análise social;
- 2) nem as epistemologias idiográficas⁷ e nomotéticas⁸ são úteis para análise da realidade social;
- 3) a existência de limites das disciplinas dentro das ciências sociais não faz qualquer tipo de sentido intelectual.

Wallerstein definia o sistema-mundo como: “[...] (uma) divisão territorial do trabalho multicultural na qual as produções e intercâmbio de bens básicos e matérias-primas é necessária para a vida de seus habitantes

⁶ Embora possua vertentes que nem sempre tenham vinculação direta com as leituras de Marx.

⁷ Necessariamente vinculada à criação de leis gerais de grande envergadura explicativa.

⁸ Estabelecem leis gerais para a compreensão dos fenômenos suscetíveis de serem reproduzidos. De modo geral, corresponderiam às ciências exatas.

todos os dias” (Vela 2001, 4). O mundo no qual nós estamos inseridos agora, ou seja, o sistema mundial moderno, teve suas origens no século XVI. Este sistema mundial foi inicialmente localizado em somente uma parte do globo, principalmente em regiões da Europa e das Américas, tendo se expandido ao longo dos séculos até atingir praticamente todo o espaço global. É, e sempre foi, uma economia-mundo. É, e sempre foi, uma economia mundo capitalista (Vela 2001, III).

Segundo Wallerstein, a atual economia-mundo (sistema-mundo) capitalista teve origem na crise do sistema feudal e na ascensão da Europa Ocidental à supremacia global, entre 1450 e 1670. Depois da hegemonia das cidades-estados italianas e da Holanda, houve a ascendência britânica, caracterizada por um processo contínuo de expansão, reestruturação e reorganização financeira da economia mundial capitalista. Os períodos de expansão financeira (financeirização) foram momentos em que aumentaram as pressões competitivas, tanto sobre os governos, quanto sobre as empresas e o comércio. Essas pressões favoreceram a expansão industrial inglesa, que se manteve na supremacia econômica global até o início do século XX.

Após o colapso hegemônico britânico, os EUA emergiram como principal potência econômica e, após a Segunda Guerra Mundial, alcançaram a supremacia tecnológica e militar, durante a Guerra Fria, tornando-se a superpotência após o colapso do bloco socialista em 1989 e o fim da URSS em 1991. Para Wallerstein, assim como ocorreu em períodos hegemônicos anteriores, a hegemonia americana tende a se dissipar e ser substituída por outra. Por esse motivo, cabe analisar os rearranjos de poder na geopolítica mundial.

Os Rearranjos de Poder na Geopolítica Mundial

Como já observado, as transformações ocorridas no final do século XX e início do século XXI demonstram que o sistema-mundo capitalista está em mutação (Wallerstein 2001, 2003, 2004a, 2004b; Arrighi 1996, 2008). A crise sistêmica de 2008, que afetou de maneira intensa o centro do capitalismo, corrobora tal perspectiva principalmente sob o prisma da geopolítica.

O século XXI apresenta uma série de cenários geopolíticos que trazem como um padrão básico o enfraquecimento relativo dos Estados Unidos como um protagonista *hard*. O século XXI tende a não ser o “século americano” por ocasião dos sérios problemas enfrentados pelos EUA, não só na economia, como na dimensão ideológica, que é outra base para a aceitação do país como um líder natural do mundo.

Mesmo no século XX, os EUA não foram protagonistas isolados no planeta. A própria ideia de uma hegemonia estadunidense foi objeto de reavaliação. Joseph F. Nye Jr., em seu artigo *Is the American century Over?* (2015), aborda tal questão, indicando o termo *primazia* como mais apropriado para designar o período. A existência de um bloco socialista entre 1945 e 1989, somada a preservação dos regimes cubano e chinês, poria em xeque a hegemonia dos EUA. Mais precisamente:

Como vimos, o termo “hegemonia” é um conceito muito impreciso para ser usado na definição de “século americano”. Às vezes, significa ter uma preponderância de recursos de poder, às vezes o comportamento de estabelecer regras para os outros e, às vezes, obter os resultados que se ambiciona. Por causa dessa ambiguidade, não podemos datar quando ela começa ou termina. Noam Chomsky ainda argumenta que a “perda da China” foi o primeiro grande passo no ‘declínio da América’ ou nesse período em que muitos outros vêem ascensão. Se alguma vez houve uma hegemonia norte-americana, teria sido a partir de 1945, quando os Estados Unidos tinham quase metade da economia mundial como resultado da Segunda Guerra Mundial, até 1970, quando a participação americana no produto mundial declinou para seu nível anterior à guerra de um quarto da produção mundial. No entanto, mesmo durante esse período, os Estados Unidos frequentemente falharam em obter o que queriam - como testemunha a aquisição soviética de armas nucleares; o controle comunista da China e de metade do Vietnã, o impasse na Guerra da Coreia, a supressão soviética das revoltas na Hungria e na Tchecoslováquia, o controle de Fidel Castro sobre Cuba e assim por diante. Assim, em vez de “hegemonia”, prefiro usar os termos “primazia” ou “preeminência” por causa do aspecto desproporcional (e do que se pode apreender) de cada uma das três fontes de poder (Nye Jr 2015).

Para Wallerstein, o declínio dos EUA começou na década de 1970 e ocorreu segundo a lógica de que “[...] os fatores econômicos, políticos e militares que contribuíram para a proeminência dos EUA são os mesmos fatores que produzirão o iminente declínio dos EUA” (Wallerstein 2004, 21).

Historicamente, a proeminência dos EUA teve início com a recessão mundial de 1873, quando a sua economia cresceu acentuadamente ao mesmo tempo em que a economia britânica entrava em uma inflexão. No período entre 1873 e 1914, os EUA e a Alemanha tornaram-se os principais produtores de aço e produtos químicos, dominando os processos industriais.

A busca pela primazia tornou-se um processo natural. A Segunda Guerra Mundial proporcionou uma posição privilegiada para os EUA, que não sofreram diretamente os efeitos catastróficos da guerra. Seu território não

sofreu nenhum dano em termos físico-estruturais, ao contrário da Europa e Ásia. Segundo Wallerstein, o sucesso dos EUA, no pós-guerra, como potência hegemônica, é que provocou o início de sua própria decadência:

O sucesso dos EUA como potência hegemônica no período do pós-guerra criou as condições para que a sua própria hegemonia fosse minada. Este processo pode ser capturado em quatro símbolos: a guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do Muro de Berlim em 1989 e os ataques terroristas de setembro de 2001. Cada símbolo acresce ao anterior, culminando na situação em que os EUA se encontram hoje: uma superpotência solitária à qual falta um verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam, e uma nação perigosamente à deriva, imersa em um caos global que não pode controlar (Wallerstein 2004, 25).

Os quatro eventos apontados por Wallerstein representariam cada momento do declínio do poder norte-americano, que legaram gastos militares em linha crescente e o enfraquecimento ideológico do sistema capitalista enquanto criador de uma “sociedade livre”. Sem o velho embate da Guerra Fria, os EUA ficaram sozinhos no palco global. Com todo o foco da política externa norte-americana praticamente direcionado para o Oriente Médio, desde o fim da Guerra Fria, a Casa Branca afrouxou o seu “controle” sobre antigas áreas menos importantes do planeta, mas que ganharam algum destaque no *chess board* internacional em virtude da grande “ameaça” comunista.

A administração de Barack Obama (2009-2017) tentou reverter esta perda de força ideológica procurando usar o *soft power*⁹ como caminho mais fácil para recuperar o seu prestígio. Mas não evitou o surgimento de novos polos de poder, como o BRICS.

A (Re) Emergência do BRICS e o Cenário (Pós) Pandêmico

Tendo como base o declínio da influência dos EUA nas últimas décadas, o surgimento de players importantes no início do século XXI e os questionamentos de suas posturas unilaterais, o surgimento do BRICS representou uma perspectiva comum de mundo multipolar e multilateral para o enfrentamento dos problemas globais.

9 Termo criado por Joseph Nye, professor da Universidade de Harvard, para designar a capacidade de um Estado influenciar ideologicamente e culturalmente outras nações sem a utilização de meios coercitivos para obter sucesso na defesa dos seus interesses. É o oposto ao conceito de *hard power*.

A despeito da descrença por parte do núcleo central do capitalismo, o BRICS ganhou projeção geopolítica de grande importância no início do século XXI. Os Estados que compõem esse bloco de poder detêm 26% do território, 42% da população e 14% do PIB mundiais, bem como contribuíram com mais de 50% do aumento do PIB mundial entre 2005 e 2010 (Visentini 2015, 155). Para muitos analistas conservadores, o BRICS não possuía nenhuma possibilidade de organizar uma agenda comum que envolvesse uma articulação de grande envergadura no cenário internacional.

A proposta original, feita pelo economista Jim O'Neill, em 2001, por meio do relatório *Building Better Global Economic*, era uma forma de analisar de maneira conjunta tais economias pelo banco de investimento Goldman Sachs. Surgiu assim, o acrônimo para as quatro maiores economias emergentes do mundo (Brasil, Rússia, Índia e China), somando-se a África do Sul, em 2010, permitindo a configuração atual.

A inclusão da África do Sul foi de grande importância para a “globalização” do grupo, aumentando a sua representatividade dentro do mundo emergente. Segundo Stuenkel,

A inclusão da África do Sul foi notável por três motivos. Primeiro, porque enfraqueceu a importância do aspecto civilizacional na política internacional - afinal, o BRICS tem como origem, para usar as definições de Samuel Huntington, cinco civilizações distintas. É com respeito a isso o BRICS diverge mais radicalmente das alianças comuns da política internacional (Stuenkel 2017, 82).

Apesar dessa ampliação ocorrida em 2010 e de por vezes se sugerir o ingresso de outros países no bloco (principalmente por iniciativas isoladas chinesas), o núcleo duro do BRICS está no chamado “triângulo estratégico” do RIC (Rússia, Índia e China). Brasil e África do Sul entram mais para cumprir a representação de potências regionais em seus (sub) continentes. A Índia poderia ser enquadrada no mesmo rótulo, mas se diferencia de Brasil e África do Sul por suas projeções de crescimento e por sua localização estratégica junto aos parceiros da Eurásia. Uma análise do PIB não é suficiente para demonstrar essa discrepância, conforme vemos na tabela 1:

Tabela 1 - Produto Interno Bruto – BRICS (2018)

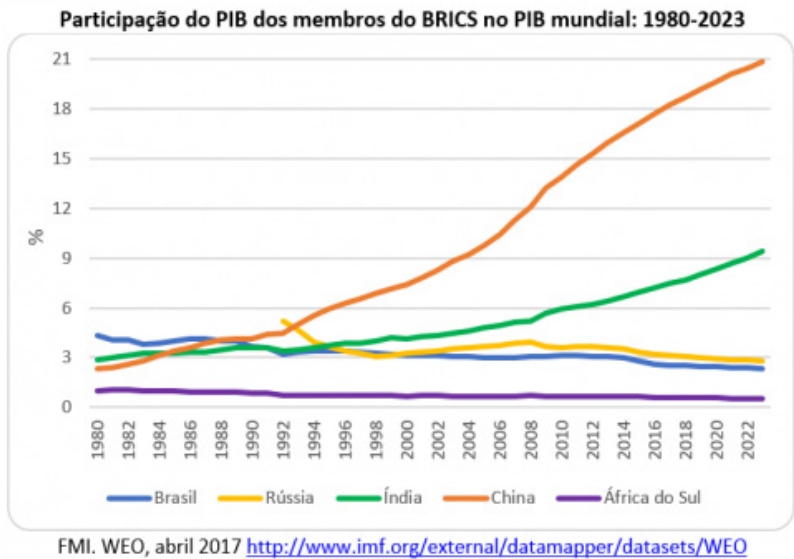
ESTADO	PIB (nominal/ em bilhões de dólares)
Brasil	1,885
Rússia	1,658
Índia	2,719
China	13,608
África do Sul	368

Fonte: elaboração própria com dados do Banco Mundial (2020): <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>.

A distância de Rússia, Índia e China para Brasil e África do Sul pode ser mais bem vista quando se analisa a série histórica desses indicadores de crescimento, tal como nos gráficos 1 e 2¹⁰:

O gráfico 1 demonstra um ritmo diferenciado de crescimento do RIC, a partir dos anos 2000, em relação aos outros países do bloco. O gráfico 2 confirma essa tendência ao demonstrar o ritmo de crescimento do PIB per capita dos países componentes do BRICS.

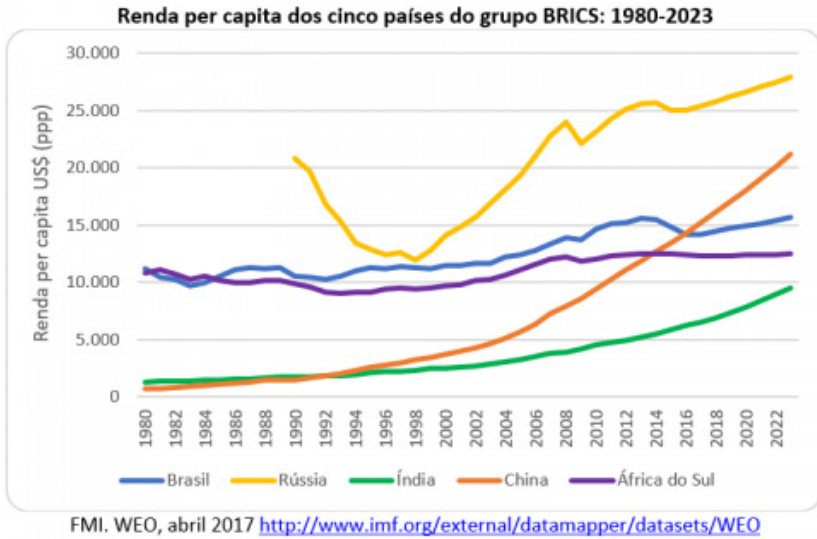
Gráfico 1



¹⁰ Reproduzidos por Alves (2018).

Embora a Índia tenha um PIB per capita inferior a todos os outros países, como se vê no gráfico 2, projeta-se um crescimento continuado que a faça superar Brasil e África do Sul na década de 2020.

Gráfico 2



Essa mesma euforia em relação ao futuro do BRICS não é compartilhada pelo principal teórico da Análise do Sistema-Mundo. Immanuel Wallerstein tratou do grupo de países emergentes em dois artigos, de 2013 e 2016, demonstrando preocupação quanto às aspirações geopolíticas e econômicas do bloco (Wallerstein 2013, 2016):

A crise estrutural do sistema mundial está se movendo muito rápido, e de muitas maneiras incertas, para assumir estabilidade relativa suficiente para permitir que o BRICS, como tal, continue a desempenhar um papel especial, geopolítica ou economicamente. Como a própria globalização como conceito, o BRICS pode se tornar um fenômeno passageiro (Wallerstein 2013, 1).

China e Rússia, os dois países atualmente mais poderosos do BRICS, enfrentam a competição dos Estados Unidos por áreas de influência. A retórica agressiva de Washington e as medidas econômicas contra Pequim demonstram a grande preocupação de Donald Trump com o desenvolvimento do econômico e geopolítico do país nos últimos anos. A despeito da diminuição

do seu crescimento econômico, Beijing vem aumentando a sua influência econômica em várias partes mundo, seja por meio do projeto *A Nova Rota da Seda* ou de sua atuação no continente africano, por exemplo. Além de suas empresas competirem em pé de igualdade com as ocidentais (Huawei, por exemplo), a China vem aproveitando as brechas geopolíticas e econômicas criadas pelos EUA, nos últimos anos, para aumentar a sua influência.

Moscou vem sofrendo os impactos de uma série de medidas econômicas que procuram enfraquecer o projeto nacional russo levado a cabo por Vladimir Putin. Isso ocorre com mais ênfase desde 2014, quando a Rússia anexou a Crimeia, frente à possibilidade de um governo pró-ocidente na Ucrânia e às portas do seu território. Washington, por exemplo, vê, nos últimos anos, Moscou como uma ameaça crescente para os interesses estratégicos americanos:

O desafio geopolítico da Rússia, em relação aos Estados Unidos, também está crescendo. Desde que Vladimir Putin retornou à presidência, em 2012, Moscou invadiu e anexou a Crimeia; ocupou partes do leste da Ucrânia; destacou substanciais forças militares e empreendeu uma campanha de bombardeio implacável na Síria, para apoiar o presidente Bashar al-Assad; expandiu significativamente suas forças armadas; executou exercícios militares projetados para intimidar os governos da Europa Oriental; interferiu nos sistemas políticos da Europa Oriental; e ameaçou cortar gás para os estados europeus mais dependentes de energia. Putin é um oficial de inteligência de carreira profundamente hostil às mudanças democráticas em qualquer território próximo à Rússia, paranóico sobre o que ele acredita serem os esforços dos EUA para derrubá-lo, e ressentido com o domínio americano do mundo pós-Guerra Fria. Ele parece considerar como uma prioridade pessoal enfraquecer os Estados Unidos e combater a influência americana onde quer que possa (Blackwill e Gordon 2018, 1).

Como China e Rússia se configuram como os principais protagonistas do BRICS, o enfraquecimento de ambos representaria o próprio declínio do bloco e dos seus objetivos de construção de uma nova governança global em um mundo multipolar e multilateral. Wallerstein (2013) chama a atenção para o fato de que a geopolítica não é a única coisa que importa, pois precisamos olhar para as questões domésticas dos países que compõem o BRICS, as relações entre os membros do bloco, e a relação dos membros do grupo com os países externos ao bloco.

Ao contrário da Rússia e da China, que possuem historicamente um compromisso de unidade nacional, ou seja, uma clara definição sobre os papéis a serem desempenhados por seus Estados, o Brasil não costuma reconhecer suas atribuições como potência regional. A participação brasileira no BRICS

oscilou a partir do impeachment de Dilma Rousseff em 2016. O governo de Jair Bolsonaro ainda apresenta uma postura ambivalente em relação ao bloco. Embora tenha dito, durante a décima primeira cúpula dos BRICS, realizada em 2019, no Brasil, que há interesse de seu governo na ampliação de negócios com os países parceiros, não deixou de fazer uma declaração contraditória, ao proferir que “A política externa do meu governo tem os olhos postos no mundo, mas em primeiro lugar no Brasil” (Colleta e Mello 2019, 1). Apesar disso, na mesma cúpula, o presidente brasileiro também declarou que os interesses do bloco coincidem na defesa de uma governança global mais inclusiva, e que sua relevância econômica é inquestionável e seguirá crescendo nas próximas décadas.

O governo brasileiro precisa dar sinalizações mais fortes de que o protecionismo e o alinhamento com os Estados Unidos não sejam tão automáticos a ponto de comprometer seus compromissos com o agrupamento, para superar desconfiças como a exposta pelo presidente sul-africano Cyril Ramaphosa, então na presidência rotativa do bloco, na décima reunião de cúpula do BRICS, na África do Sul:

Se (Bolsonaro) atuar contra o que defendem os países do Brics, isso será em detrimento do Brasil e dos brasileiros [...] Ele entrará para uma família Brics que está quase irrevogavelmente comprometida com o multilateralismo, ele entrará para uma família Brics que procura fazer as coisas de uma maneira que fortaleça o benefício mútuo. Se começar a empurrar em uma direção diferente, acabará prejudicando o interesse do Brasil (Agência Brasil 2018, 1).

Na relação dos países do BRICS com o resto do mundo, há uma preocupação evidente com os rumos da globalização e com os efeitos no sistema da atuação dos EUA, algo que ficou claro na declaração final da cúpula de 2018. No texto final diz-se que:

Nós reconhecemos que o sistema de comércio multilateral está enfrentando desafios sem precedentes. Nós reforçamos a importância de uma economia global aberta, permitindo que todos os países e povos compartilhem os benefícios da globalização (Pamplona 2018, 1).

A declaração final da Cúpula de Brasília, de 2019, aprofunda a questão já exposta em Joanesburgo de reforço ao sistema multilateral de comércio, expondo a defesa das regras da OMC, além de anunciar a décima segunda reunião de cúpula para São Petersburgo, na Rússia, em julho de 2020 (BRICS 2019). A realização dessa reunião ordinária está sob risco devido à pandemia

de Covid-19, o novo coronavírus.

Na relação entre os membros do bloco há um comércio intrabloco pouco expressivo e poucos resultados sociais nos países que possam ser relacionados à participação no grupo, como demonstra Lobato (2018), ressaltando que “isso pode ser atribuído à dificuldade de assumir compromissos para contextos nacionais muito díspares com estruturas de sistemas de políticas sociais muito diferentes” (Lobato 2018, 2143). A baixa cooperação em questões que não sejam prioritariamente econômicas pôde ser vista nesse contexto de pandemia. Houve uma reunião virtual de ministros do BRICS, que não os da saúde, mas os das relações exteriores, no dia 28 de abril de 2020. Embora tenha se anunciado que nessa reunião houve acordos sobre a defesa do multilateralismo, o avanço na cooperação do BRICS, e a reunião de esforços em termos de saúde global no combate à COVID-19, as medidas efetivas estiveram relacionadas a questões econômicas em torno do Banco do BRICS.

São as iniciativas econômicas, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), que apontam para uma concertação ainda crescente intrabloco. O chamado Banco do BRICS ainda pode acelerar a institucionalização do bloco, que até então funcionava mais como um fórum de discussões que como uma instituição formalizada.

A criação do NBD foi vista por alguns analistas como uma oportuna reflexão sobre as mudanças no poder mundial, enquanto outros acentuaram o fato de o banco ser mais um elemento ilustrativa das ambições globais da China em termos de projeção de poder (Da Silva 2019). A criação de um possível competidor no oferecimento de recursos financeiros sob bases mais justas que as oferecidas pelo FMI e/ou Banco Mundial alteraria o tradicional centro de poder monetário configurado desde o final da II GM. Como consequência, o centro geopolítico de poder seria alterado, acentuando o declínio do tradicional núcleo do capitalismo. A consolidação do NBD como uma alternativa real seria um ganho importante para a arquitetura geopolítica sino-russa de criação de outro polo geoeconômico.

Em um momento em que a economia do mundo sofre imensos abalos por conta da difusão do novo coronavírus que provoca a doença Covid-19, causando um grande número de infecções e mortes e obrigando as mais diversas regiões do mundo a fazerem drásticos isolamentos de suas populações, a cooperação global internacional adquire nova importância, já que, para enfrentar a crise, os países mais afetados, como o Brasil, precisam de assistência financeira (United Nations 2020).

O NBD reapareceu com papel de destaque nesse contexto da pandemia, sendo o que ofereceu as perspectivas mais vantajosas de suporte financeiro para enfrentar a crise, dentre os bancos de desenvolvimento a que o Brasil

recorreu. Além dos chanceleres dos países do BRICS, membros do banco têm realizado reuniões virtuais para desenvolver soluções financeiras no enfrentamento da Covid-19. No primeiro momento, o NBD disponibilizou, em abril de 2020, uma linha de crédito de US\$ 1 bilhão para cada país do bloco. Está previsto ainda novo desembolso de US\$ 10 bilhões a serem divididos entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Coletta 2020).

Tabela 2

Crescimento da Produção mundial, 2018-2021

	Alteração percentagem anual				Mudanças da Situação Econômica Mundial	
	2018	2019 ^a	2020 ^b	2021 ^b	Perspectiva 2020	Previsão 2021
Mundo	3.1	2.6	-3.2	4.2	-5.7	1.5
Economias desenvolvidas	2.3	1.9	-5.0	3.4	-6.5	1.7
Estados Unidos da América	2.9	2.3	-4.8	3.9	-6.5	2.1
Japão	0.3	0.7	-4.2	3.2	-5.1	1.9
União Europeia	2.1	1.8	-5.5	2.8	-7.1	1.1
Economia em transição	2.8	2.2	-3.5	3.1	-5.8	0.6
Federação Russa	2.3	1.3	-4.3	2.9	-6.1	0.9
Economia em desenvolvimento	4.3	3.7	-0.7	5.3	-4.7	1.0
África	3.1	3.0	-1.6	3.4	-4.8	-0.1
Sudeste África	0.9	-0.1	-3.5	2.7	-4.4	0.8
China	6.6	6.1	1.7	7.6	-4.3	1.7
Índia ^c	6.8	4.1	1.2	5.5	-5.4	-0.8
Brasil	1.1	1.1	-5.2	2.9	-6.9	0.6
Memorandum items:						
Comércio Mundial ^d	4.1	1.3	-14.6	9.4	-16.9	6.2
Crescimento mundial baseado na paridade do poder de compra ^e	3.2	2.7	-2.6	4.3	-5.8	0.9

Source: UN DESA.

a Partially estimated.

b UN DESA forecasts.

c Fiscal year basis.

d Includes goods and services.

e Based on 2010 benchmark.

Fonte: World Economic Situation and Prospects as of mid-2020 (UN). https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/publication/WESP2020_MYU_Report.pdf. Adaptado pelos autores.

A análise da tabela 2 permite projetar o impacto da Covid-19 na economia dos países do BRICS. De acordo com os dados da ONU, a previsão média do PIB mundial é de -5,7%. A China é o único dos países que consegue ter uma previsão de resultado melhor do que a média global.

O BRICS se move entre as expectativas de corresponder à metade do PIB mundial em 2030, como supunham as perspectivas mais otimistas antes da pandemia (Bittar e Krafuni 2019) e o declínio estimado de 5% do PIB dos países do bloco, em 2020, como aponta o Centro Analítico do Governo da Rússia (Golub 2020). Levando em conta que as estatísticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional estimam cerca de 5% de queda do PIB Mundial para 2020, pode-se supor que os países integrantes do BRICS não tenham sofrido grande abalo como bloco, diante do cenário global. China e Índia, nesse sentido, possuem boas expectativas de recuperação de sua economia, compensando o desempenho pior de Brasil, Rússia e África do Sul. A pandemia da Covid-19 é mais um componente nesse cenário geopolítico em que o BRICS terá que demonstrar ser capaz de propor alternativas ao desmoronamento da ordem mundial, com revisão da globalização, do multilateralismo, do regime internacional de comércio.

Considerações Finais

O BRICS tenta se estabelecer como uma alternativa ante ao reordenamento por que passa o sistema mundial. Nesse contexto de imprevisões, o BRICS tem que lidar com as demandas para sua afirmação como instituição e bloco de poder internacional, além de estar sujeito às transformações sistêmicas engendradas pelos Estados Unidos, que lutam para se manter em meio a essa *meia hegemonia*.

Apesar de o próprio Wallerstein ser cético quanto ao futuro do BRICS, sua análise dos sistemas-mundo fornece conteúdo para avaliarmos o declínio relativo dos Estados Unidos e a emergência de novos blocos de poder que podem vir a ocupar o vazio deixado pelo declínio da primazia dos EUA. A construção teórica elaborada por Wallerstein, com o auxílio das teorias geopolíticas e das relações internacionais, nos fornece instrumental para analisar o BRICS além dos aspectos formais do poder, em termos de *hard* e *soft power*.

Os países membros do BRICS enfrentam o desafio de manter firme uma proposta que surgiu utópica, mostra-se ainda pouco prática, mas, confirmando-se uma esperada consolidação da economia do triângulo estratégico formado por China, Índia e Rússia, pode ainda ser duradoura. Para isso, é preciso aumentar o comércio interno entre os países participantes do agrupamento e catalisar os efeitos de transbordamento dos benefícios de fazer parte do bloco, especialmente com a ampliação da atuação do Novo Banco de Desenvolvimento. Em relação ao Brasil é preciso entender até que ponto os

interesses do bloco, expressos na construção de uma nova governança global, mais inclusiva, com defesa da globalização e do multilateralismo, coincidem com os interesses nacionais brasileiros. No discurso que o Brasil produz para o bloco, a sinergia parece clara, o que não se confirma nas declarações oficiais para fora do bloco, em que o Brasil expressa ambiguidades e interesses contraditórios em relação a sua estratégia de inserção internacional.

Movendo-se em um cenário de incertezas, o BRICS, busca ser um ator capaz de propor alternativas em meio a uma ordem que desmorona, face aos rearranjos de poder na geopolítica global. Os países que compõem o grupo, denominados emergentes, vão precisar (re)emergir diante da pandemia da Covid-19 e de suas crises correlatas, mais um elemento desestruturante nesse tabuleiro geopolítico. A capacidade de recuperação econômica dos países do BRICS em relação ao resto do mundo pode prenunciar o futuro do bloco.

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil. n.d. “África do Sul diz que eventual afastamento do Brics prejudicará Brasil”. *Agência Brasil*. Acessado em Maio 27, 2020. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-11/africa-do-sul-diz-que-eventual-afastamento-do-brics-prejudicara-brasil>.
- BRICS. 2017. *BRICS Joint Statistical Publication*. Maio 26, 2020. Disponível em: <http://www.brics2018.org.za/statistics>.
- Alves, José Eustáquio Diniz. n.d. “Um triângulo para mudar a geopolítica global”. *Outras Palavras*. Acessado em Maio 26, 2020. <https://outras-palavras.net/outrasmidias/um-triangulo-para-mudar-a-geopolitica-global>.
- Arrighi, Giovanni. 1996. *O Longo Século XX*. São Paulo: Contraponto.
- Arrighi, Giovanni. 2008. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XX*. São Paulo: Boitempo.
- Bittar, Bernardo e Kafruni, Simone. 2020. “Expectativa é que PIB dos BRICS corresponda a 50% do mundial em 2030”. *Correio Braziliense*. Acessado em Novembro 13, 2020. https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/11/13/internas_economia,806139/expectativa-e-que-pib-dos-brics-corresponda-a-50-do-mundial-em-2030.shtml.
- Blackwill, Robert D. e Gordon, Philip H. 2018. “Containing Russia, Again: An Adversary Attacked the United States—It’s Time to Respond”. *Council on Foreign Relations*. Acessado em Maio 25, 2020. <https://www.cfr.org/article/containing-russia-again-adversary-attacked-united-states->

-its-time-respond.

BRICS. “Declaration of the 11th BRICS Summit”. *Itamaraty*. Acessado em Maio 20, 2020. <http://brics2019.itamaraty.gov.br/en/2-uncategorised/109-declaration-of-the-11th-brics-summit>.

Castro, Thales. 2012. *Teoria das relações internacionais*. Brasília: FUNAG.

Coletta, Ricardo Della; Mello, Patrícia Campos. 2019. “Política externa tem olhos postos em primeiro lugar no Brasil”, diz Bolsonaro”. *Folha de São Paulo*. Acesso em Maio 24, 2020. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/politica-externa-tem-olhos-postos-em-primeiro-lugar-no-brasil-diz-bolsonaro.shtml>.

Coletta, Ricardo Della. 2020. “Brasil busca R\$ 19 bi em bancos de desenvolvimento para combate à Covid-19”. *Folha de São Paulo*. Acessado em Maio 16, 2020. <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/brasil-busca-r-19-bi-em-bancos-de-desenvolvimento-para-combate-a-covid-19.shtml>>.

Da Silva, Luciana Acioly. 2019. “Arquitetura financeira conjunta do BRICS: O Novo Banco de Desenvolvimento” *Têxto para Discussão*, No. 2463, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 2019.

Gökmen, Semra Ranâ. 2010. “Geopolitics and the study of International Relations”. Doutorado em Relações Internacionais, Ancara: The Graduate School of Social Sciences of Middle East Technical University.

Golub, Dmítri. 2020. “PIB total do Brics cairá mais de 5% em 2020”. *Russia Beyond*. Acesso em Maio 25, 2020. <https://br.rbth.com/economia/83892-pib-total-do-brics-caira>.

Lobato, Lenaura de Vasconcelos Costa. 2018. “A questão social no projeto do BRICS”. *Ciênc. saúde coletiva* 23, (7): 2133-2146. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000702133&lng=en&nrm=iso.

Mamadouh, Virginie e Dijkink, Gertjan. 2006. “Geopolitics, international relations and political geography: the politics of geopolitical discourse”. *Geopolitics* 11: 349-366.

Nogueira, João Pontes e Messari, Nizar. 2005. *Teoria das relações internacionais: correntes e debate*. Rio de Janeiro: Elsevier/Editora Campus.

Nye Jr., Joseph S. 2015. *Is the American Century Over?* Malden: Polity Press.

Pamplona, Nicola. 2018. “Em declaração final, Brics dizem que comércio global enfrenta desafios sem precedentes”. *Folha de São Paulo*. Acesso em Maio 26, 2020. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/em-declaracao-final-brics-dizem-que-comercio-global-enfrenta-desafios-sem-precedentes>.

- fios-sem-precedentes.shtml.
- Pamplona, Nicola. 2018. “Na comemoração de seus dez anos, Brics miram os EUA em cúpula”. *Folha de São Paulo*. Acesso em Maio 26, 2020. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/07/de-olho-em-trump-china-e-africa-do-sul-pedem-cooperacao-comercial-dos-brics.shtml>.
- Santos, Theotônio dos. 2020. *A teoria da dependência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Starr, Harvey. 1991. “Joining political and geographic perspectives: Geopolitics and international relations”. *International Interactions* 17 (1): 1–9.
- Stuenkel, Oliver. 2017. *BRICS e o futuro da ordem global*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Taylor, Peter James. 1994. *Geografia Política: Economía-Mundo, Estado-Nación y Localidad*. Madri: Trama Editorial.
- Teixeira Jr., Augusto Wagner Menezes. 2017. *Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos*. Curitiba: InterSaberes.
- United Nations. 2020. “World Economic Situation and Prospects as of mid-2020”. Acesso em Maio 25, 2020. https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/publication/WESP2020_MYU_Report.pdf.
- Vela, Carlos A. Martinez. 2001. *World Systems Theory*. ESD. 83 Fall.
- Wallerstein, Immanuel. 2002. *O fim do mundo como o concebemos*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Wallerstein, Immanuel. 2016. *The BRICS – A Fable for Our Time*. Acesso em Maio 26, 2020. <https://www.iwallerstein.com/the-brics-a-fable-for-our-time/>.
- Wallerstein, Immanuel. 2013. *Whose Interests are Served by the BRICS?* Acesso em Maio 26, 2020. <https://www.iwallerstein.com/interests-served-brics/>.

RESUMO

As duas primeiras décadas do século XXI marcaram o surgimento do BRICS, bloco composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Rússia e China lideram o bloco, reacomodando seus papéis como importantes atores no tabuleiro geopolítico mundial, aproveitando as brechas geradas por mais uma crise estrutural do capitalismo mundial, cujas consequências influíram no declínio relativo da capacidade dos Estados Unidos de impor a sua vontade majoritária sobre o sistema mundial, o que ocorria, de certa forma, desde o fim da 2ª Guerra Mundial. Este ensaio objetiva analisar o rearranjo geopolítico global que ocorre na esteira do enfraquecimento dos EUA, que permitiu o surgimento do BRICS como um possível polo de poder. Para embasar este exercício, utiliza-se a Análise dos Sistemas Mundo (ASM), elaborada principalmente por Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, além de se levar em conta a abordagem geopolítica, traçando paralelos com as teorias das relações internacionais. abordam-se as motivações e os efeitos do rearranjo de poder na geopolítica mundial. Por fim, serão evidenciados os papéis representados e as oportunidades trazidas pela emergência do BRICS no sistema internacional, trazendo um diagnóstico da importância do Banco do BRICS e avaliando de que forma a pandemia do novo coronavírus pode influenciar nesse cenário.

PALAVRAS-CHAVE

BRICS; Geopolítica; Análise dos Sistemas-Mundo.

*Recebido em 26 de julho de 2019
Aprovado em 31 de outubro de 2020*